

MUDANÇAS NO ACESSO À SEDE DA JFES: usuários internos e externos usarão crachá ou cartão de acesso

A partir do dia **14 de janeiro**, os usuários externos que forem acessar a sede da Justiça Federal em Vitória terão que utilizar um cartão de acesso, disponibilizado pelo Núcleo de Segurança e Transporte (NST). Já os usuários internos – servidores e funcionários das empresas terceirizadas – utilizarão o respectivo crachá, com código de barras, para liberação das catracas de controle de acesso.

Alterada regra de distribuição de processos entre os juizados especiais federais de Vitória

Foi divulgada na última quinta-feira, dia 13, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, resolução que altera a competência em razão da matéria dos Juizados Especiais Federais (JEFs) de Vitória.

As matérias previdenciárias serão distribuídas para o 1º e o 3º JEFs. Já a competência para conhecer as demais matérias cíveis será privativa do 2º JEF.

Não haverá redistribuição de acervo. Os processos previdenciários já distribuídos ao 2º JEF continuarão lá. Assim como os processos de matéria cível já em curso no 1º JEF.

Veja abaixo a íntegra da resolução:

RESOLUÇÃO Nº T2-RSP-2012/00102 de 7 de dezembro de 2012

Altera a Resolução nº 42, de 23 de agosto de 2011, que dispõe sobre a competência territorial e em razão da matéria da Justiça Federal da 2ª Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEGUNDA REGIÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 2º, da Resolução nº 42, de 23 de agosto de 2011, e a proposta contida no Ofício ES-OFI-2012/01961, que contou com a anuência do Coordenador dos Juizados Especiais Federais e do Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, RESOLVE:

Art. 1º. O art. 37, incisos I e II, da Resolução nº 42, de 23 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. A competência em razão da matéria dos Juizados Especiais Federais está assim distribuída:

I - 1º e 3º Juizados Especiais Federais de Vitória detém competência para apreciar matéria previdenciária;

II - 2º Juizado Especial Federal detém competência para conhecer de todas as demais matérias cíveis.

Art. 2º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se a competência dos atuais juizados quanto aos feitos anteriormente distribuídos.

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE

Presidente

JFES instala novas centrais telefônicas e altera telefones das varas de Linhares, São Mateus, Colatina e Serra

A Justiça Federal do Espírito Santo começou a instalar novas centrais telefônicas em todas as localidades em que possui vara federal. A maior parte do trabalho será realizada durante o recesso – entre os dias 20/12/2012 e 06/01/2013 – e têm por objetivo aprimorar os serviços telefônicos nos prédios ocupados pela JFES.

As subseções judiciárias de Linhares, São Mateus, Colatina e Serra receberão entroncamentos digitais em substituição às linhas analógicas, hoje em uso. Por este motivo, haverá alteração no número do telefone dessas localidades. No entanto, de acordo com a supervisora da Seção de Serviços de Telefonia (Setel/NOM), Vanessa Medina Saade, “os atuais números principais dessas cidades serão mantidos por tempo indeterminado, mesmo após a instalação das novas centrais”.

A data em que as novas centrais passarão a funcionar, bem como o novo número dos telefones, será informada em breve neste site.

Não haverá mudança nos números dos telefones utilizados nas subseções de Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim.



Advogados tiram dúvidas sobre processo eletrônico em Cachoeiro



A Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim abriu mais cedo suas portas, no dia 11, exclusivamente para receber os advogados e tirar suas dúvidas na utilização do processo eletrônico.

Uma equipe de servidores da área de atendimento ao usuário e das varas federais cadastrou advogados e demonstrou como é possível utilizar as facilidades do petição eletrônico inicial e intercorrente nos processos em tramitação na JFES.

Luiz Felipe Montovaneli Ferreira, um dos advogados atendidos, é de Alegre, e garantiu que naquele dia estava entregando sua última petição impressa em papel. Ele foi tirar dúvidas sobre a digitalização de documentos.

O evento contou com o envolvimento dos magistrados de Cachoeiro de Itapemirim, como o juiz federal André Luiz Martins da Silva, titular da 1ª VF, na foto ao lado, com os servidores, e da Seccional da OAB do Espírito Santo, que apoiou o evento.



Guardas portuários e agentes do GES participam de treinamento em Capuaba

Guardas portuários do Grupo de Operações Portuárias Especiais (GOPE) do Porto de Vitória passaram por um curso de Direção Evasiva e Ofensiva na retroárea de Capuaba, em Vila Velha, juntamente com agentes do Grupo Especial de Segurança (GES) da Justiça Federal.

O treinamento, inédito para os guardas do GOPE, aconteceu entre os dias 5 e 8 de dezembro e é realizado há quatro

anos pelos agentes do GES.

“São 20 agentes do GOPE e 10 do GES. Estamos fazendo esse treinamento vislumbrando a futura aquisição de viaturas para o Porto de Vitória. Assim, o profissional terá qualificação para conduzir o veículo, preservando a segurança da autoridade e do patrimônio da Codesa, sem colocar em risco a integridade das pessoas que possam estar envolvidas”, explica Alex Pereira, inspetor do GOPE.

Com a carga horária de 30 horas, o curso ofereceu as seguintes disciplinas: Defesa Pessoal, Direito Penal, Teste de Aptidão Física, Escolta de Autoridades e Dignitários, Técnica de Algemação e Defesa Policial.

“A segurança é 90% prevenção, o resto é a reação positiva. Se a pessoa estiver muito preparada, há mais 5% de prevenção. Com isso as chances sobem para 95%. No final quem estará protegido é o cidadão”, ressalta Paulo Roberto de Moraes, chefe do GES.



Porto de Capuaba

Com informações da Assessoria de Comunicação da Codesa.

Oficiais de justiça participam de palestra sobre procedimentos de segurança

Foi realizada na tarde do dia seis de dezembro, no auditório “Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira”, palestra para os oficiais de justiça (analistas judiciários/executante de mandados) sobre procedimentos de segurança.

A palestra foi agendada pelo diretor do Núcleo de Segurança e Transporte (NST), Edilson Carlos Vidal, e foi ministrada pelo chefe de inteligência do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar, capital Roberto Campos.

Segundo o diretor do NST, a palestra, que também contou com a participação de juízes federais, “teve por objetivo demonstrar as rotinas operacionais a serem seguidas quando se faz necessário o apoio de força policial, especialmente no cumprimento de mandados de imissão, reintegração, desocupação, condução, dentre outros”.



Ação de graças: momento de agradecer e confraternizar



Equipe reunida

Foi realizado no dia 6 de dezembro o 15º Culto de Ação de Graças. Organizado pelos servidores da Justiça Federal capixaba, o evento deste ano contou com diversas novidades, dentre elas um quadro, ornamentado pela servidora Anéris Pauzen (Setel/NOM), onde os colegas trocavam mensagens inspiradoras.

A ideia do quadro foi de Roberto Sant’Anna (1ª VF-Criminal), com o objetivo de confraternizar, agradecer colegas e amigos, pelos momentos de amizade vividos neste ano.

O evento contou com orações, cânticos, histórico sobre a importância do dia de Ação de Graças, sendo finalizado com a apresentação do Coral da Justiça Federal e, após, um lanche compartilhado pela equipe, formada por Conceição (NCS), Anéris, Roberto, Eloísa (1ª VF-EF), Fabíola (1ª VF-Criminal), Isaías (Seseg/NOM), Simone (Secomp/NCO), Terezinha (Segim/CADM), Vera Ely (NAJ) e Monise (1ª VF-Criminal).



Caderno TNU



O Caderno TNU é produzido com base nas decisões da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. A partir dos assuntos discutidos nas sessões do Colegiado, são repercutidas as decisões de maior impacto social.

O informativo número 21 já está disponível.

Acesse:

<http://www.jf.jus.br/cjf/comunicacao-social/informativos/caderno-tnu/>

Desembargador federal Luiz Antonio Soares assume direção-geral da EMARF em janeiro

Em ato divulgado hoje no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R), a presidente do TRF da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne, designou o desembargador federal Luiz Antonio Soares para exercer a função de diretor-geral da Escola de Magistratura Regional Federal (Emarf), a partir de 7 de janeiro de 2013.

O desembargador, que atualmente é o diretor de estágio da Emarf,

permanecerá na nova função até o término do mandato da atual Administração do TRF2, no início de abril/2013. A designação ocorreu em virtude do pedido de aposentadoria da diretora-geral da escola, desembargadora federal Liliane Roriz.



CJF altera Resolução que trata do reconhecimento e pagamento de passivos

O Conselho da Justiça Federal (CJF), reunido nesta sexta-feira (14/12), aprovou proposta de alteração da Resolução n. 106/2010, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e pagamento de passivos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. Pelo texto aprovado, as decisões administrativas de reconhecimento de direitos que implicarem aumento de despesa deverão ser submetidas, como condição de eficácia, à homologação do Plenário do CJF. A relatora do processo foi a vice-presidente interina do CJF, ministra Eliana Calmon.

O texto da resolução ressalva que não será necessário homologar o reconhecimento de direitos relativos à matéria já regulamentada ou apreciada pelo CJF ou decorrente de lei que não demande homologação. A fim de evitar interpretações dúbias, a resolução traz a definição dos seguintes termos: passivo, dívidas de exercícios anteriores, reconhecimento de direito, reconhecimento de dívida, pagamento em atraso e dívida acessória.

Os valores a serem pagos a título de passivos serão apurados com base no montante do débito nominal, mês a mês, e atualização monetária do valor nominal de cada parcela mensal. Essas parcelas devem ser atualizadas monetariamente pelo IPC-r até junho de 1995, pelo INPC daí em diante até junho de 2009, e a partir de julho de 2009, pela incidência da remuneração básica da caderneta de poupança (Taxa Referencial). Aplica-se o percentual de juros simples, se for o caso, sobre cada parcela atualizada, multiplicado pelo número de meses transcorridos. Os juros de mora serão de 1% ao mês, até agosto de 2001 e 0,5% daí em diante, até junho de 2009, e, a partir de julho de 2009, aqueles aplicados à caderneta de poupança. Na apuração de cada parcela mensal relativa ao débito nominal, deverá ser observado o teto constitucional no mês de competência.

No prazo de 180 dias a contar da data de publicação da resolução, o CJF disponibilizará em seu site ferramenta informatizada para atualização monetária e cálculo de juros a ser utilizada pelos órgãos da Justiça Federal no pagamento dos passivos.

A proposta de nova resolução foi motivada pela necessidade de distinção entre as matérias que necessitam de apreciação do Colegiado do CJF daquelas decorrentes do processamento normal da folha de pagamento, da aplicação direta da lei ou de decisões anteriores do CJF. A viabilidade de se submeter ao CJF tão somente o reconhecimento do direito e não o reconhecimento da dívida, as correções de entendimentos dúbios e a ausência de disposições explícitas para atualização e pagamento de dívidas no exercício em curso, também justificaram a proposta de resolução.



Coral da Justiça Federal se apresenta para pacientes do Instituto de Doenças Renais da Serra

O Coral da Justiça Federal participou ontem à tarde de uma apresentação muito especial. Os servidores, regidos pela maestrina Hellem Pimentel, cantaram para 28 pacientes com insuficiência renal crônica, que fazem sessões de hemodiálise três vezes por semana no Instituto de Doenças Renais (IDR) da Serra, localizado no Vitória Apart Hospital.

Apesar de ser particular, a clínica atende 90% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), que vão desde um bebê com apenas quatro meses a idosos. "Hipertensão arterial e diabetes podem desencadear a insuficiência renal, quando não são controladas adequadamente", explicou Nathalia Figueiredo, psicóloga, que "encontrou" o Coral da Justiça Federal em nossa página na Internet. A psicóloga disse que procurou pessoas que pudessem fazer uma apresentação para os pacientes nessa época tão especial, apelou "para os amigos" e "ficou muito feliz" quando recebeu nosso e-mail, confirmando a presença.

O coral fez duas apresentações, uma em cada sala de atendimento. Os pacientes acompanhavam o ritmo das músicas, especialmente as de Luiz Gonzaga, como podiam, mexendo os pés, a cabeça e batendo com os dedos no braço das cadeiras. Uma das mais animadas era a enfermeira Jussara Paste, que chegou a ensaiar alguns passos no meio do salão. Giovani, que aguardava o final da sessão de seu pai na antessala, entrou tímido para ouvir a apresentação, "eu também quero ouvir. Gosto muito de música", disse.

Ao final, perguntada se gostou da apresentação, Helen Gomes de Oliveira, 34 anos, que faz hemodiálise há quatro anos, disse sorrindo que o coral "podia vir todo dia".

Saiba mais sobre a prevenção de doenças renais pelo site da Sociedade Brasileira de Nefrologia em www.sbn.org.br/previna.htm.



O Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS), responsável pela publicação do informativo JF Digital, agradece a todos que colaboraram pelas informações aqui publicadas e aos seus leitores.

Nossa próxima edição será disponibilizada após o recesso. Desejamos a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de realizações!



A Justiça Federal
deseja a todos muita
saúde, paz e
alegrias em 2013.

Recesso forense entre
20 de dezembro de 2012 e
6 de janeiro de 2013
(Lei 5.010/66, art. 62, I).
Consulte o plantão judicial no site
www.jfes.jus.br

Boas
Festas!

